O Intelectual na Idade Média: divergências historiográficas e proposta de análise

L'intellectuel au Moyen Âge: débats historiographiques et proposition d'analyse

Igor Salomão Teixeira[*]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo é sobre a problemática historiográfica do termo "intelectual" para definir pensadores na Idade Média. Trata-se de uma análise bibliográfica a partir do estudo de Jacques Le Goff, *Os intelectuais na Idade Média* (1957), dos estudos de Jacques Verger, como *Homens e Saber na Idade Média* (1997) e *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII* (1999). O objetivo é sistematizar pontos divergentes sobre definições de *Intelectuais* e *Homens de saber*. Ao final, apresentamos características gerais da Antropologia Escolástica como um campo propício para análises que consideram a "consciência de si" de pensadores dos séculos XII a XIV. Concluímos que essa problemática é uma reflexão que assume tanto a possibilidade de se propor uma análise de história social (séries documentais), ou de história intelectual (a atuação dos mesmos a partir de suas produções).

Palavras-chave: Universidades Medievais; Tomás de Aquino; Intelectuais.

Résumé

Notre texte c'est sur les discussions historiographiques autour du terme "intelectuel" pour les penseurs du Moyen Âge. Dans une analyse bibliographique a partir de l'oeuvre *Les Intellectuels au Moyen Âge*, de Jacques Le Goff, publié en 1957, et des études de Jacques Verger, comme *Les gens de savoir dans l'Europe de la fin du Moyen Age* (1997) et *Culture, enseignement et société en Occident aux XII^e et XIII^e siècles* (1999) l'objectif s'est systématiser les différences entre les concepts *Intellectuels* et *Gens du Savoir*. À la fin du texte il y a une présentation de l'Anthropologie Scolastique comme un domaine qui posibilite l'analyse de la "conscience de soi" des penseurs entre le XII^ème et le XIV^ème siècles. La conclusion: analyser cette problématique a partir de l'Anthropologie Scolastique peut indiquer un chemin vers l'histoire sociale (histoire serielle) ou vers l'histoire intellectuel (l'atuaction des penseurs et leurs productions).

Mots-clés: Universités Médiévales – Tomas d'Aquin - Intellectuels.

● **Enviado em: 08/04/2014**
● **Aprovado em: 10/11/2014**

[*] Dr. em História. Professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse texto faz parte de uma série de reflexões teórico-metodológicas a partir do projeto Os Tempos da Santidade: Processos de Canonização e Relatos Hagiográficos dos santos mendicantes (séculos XIII e XIV). Pesquisa financiada pela FAPERGS.

Introdução:

> Entre tantas palavras: eruditos, doutos, clérigos, pensadores (a terminologia do mundo do pensamento sempre foi vaga), essa designa um meio de contornos bem definidos: **o dos mestres das escolas**. Anuncia-se na Alta Idade Média, desenvolve-se nas escolas urbanas do século XII, desabrocha a partir do século XIII nas universidades. **Designa aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento**. Essa aliança da **reflexão pessoal e de sua difusão num ensino** caracteriza o intelectual.[1]

Com essas palavras Jacques Le Goff iniciou seu ensaio sobre *Os Intelectuais na Idade Média*. O texto publicado em 1957 serviu como referência para muitos historiadores que enveredaram pelas análises da produção teológico-filosófica ou, sem anacronismos, científica durante o período medieval. Sintetizando: mestres das escolas que tem como ofício pensar e ensinar seu pensamento a partir do ensino.

Vinte e sete anos após a publicação da primeira edição, em 1984, o autor escreveu um prefácio à segunda edição, que sairia no ano seguinte. Sua preocupação foi justificar o porquê de reeditar o livro sem alterações significativas após os debates em torno da noção de intelectual. Seria anacrônico para a Idade Média? Ao que responde categoricamente: não. Para Le Goff, o uso do termo foi inicialmente pensado para "deslocar a atenção das instituições para os homens, das ideias para as estruturas sociais, as práticas e as mentalidades, de situar o fenômeno universitário medieval numa longa duração".[2] Sobre este aspecto, então, poderíamos perguntar: a que se refere Jacques Le Goff como modificações e avanços no trato do tema do "intelectual" entre a publicação do livro em 1957 e o prefácio de 1984? Com os estudos mais recentes a questão ganha ainda mais fôlego, o que faz com que a análise da historiografia dos anos 1960-1970 não necessariamente responda satisfatoriamente o que pretendemos com este texto, a saber, uma análise sobre os intelectuais na Idade Média.

Consideraremos textos e reflexões dos últimos anos do século XX e o início do século XXI, na historiografia francesa, para responder a essas perguntas. Tratamos de um percurso historiográfico que se inicia nos anos 1950-1960 – com os textos de Jacques Le Goff – passamos pelos textos de Jacques Verger, principalmente os do final dos anos 1990, e chegamos à fundação e atuação do Grupo de Antropologia Escolástica, a partir de 1993.

1 LE GOFF, J. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. p. 23.
2 IDEM. Ibidem. p. 07.

O intelectual segundo Jacques Le Goff:

A obra *Os Intelectuais na Idade Média* foi publicada originalmente em 1957, em francês. Em Portugal foi lançada uma edição nos anos 1970 e, no Brasil, o texto foi publicado nos anos 1990 e, mais recentemente, em 2003. O autor caracteriza o texto como um ensaio. O texto está dividido em três partes bem demarcadas: o século XII, o século XIII e os séculos XIV e XV. Considerando: nascimento, maturidade e declínio, respectivamente. Partes precedidas por uma breve introdução na qual Le Goff apresenta as características citadas anteriormente e complementa: "erudito e professor, pensador por ofício", "argumentador", "científico" e "crítico".[3] Além dessas características um traço não pode ser negligenciado na ora de Jacques Le Goff sobre os intelectuais: sua relação com as cidades. O autor estabelece uma ligação direta entre o aparecimento e a atuação desses personagens ao desenvolvimento urbano a partir do século XII. Isso não significa que Le Goff exclua as cidades do mundo medieval na Alta Idade Média. O que o autor defende é que o fenômeno urbano do século XII "modificou então, profundamente, as estruturas econômicas e sociais do Ocidente", além de "sacudir as estruturas políticas" a partir do movimento comunal.[4] A atuação dos intelectuais deve ser observada nas cidades.

Na primeira parte do ensaio, o autor desenvolve esse argumento e procura, a partir dos mestres da Escola de Chartres, "traços do intelectual nascente".[5] A escola da catedral de Chartres foi fundada por Fulbert de Chartres (960-1028) e tornou-se um importante local de estudos sobre textos platônicos e das artes liberais, principalmente o *Quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia). Pode-se, então, caracterizar essa "escola" como um importante centro de estudo das "coisas", ou da parte "prática" das artes liberais. Afinal, o *Trivium* (gramática, retórica e lógica) centrava-se nos estudos sobre as "palavras". É importante ressaltar que prática, neste caso, significa observar.

Le Goff destaca que, entre os chartrianos, as tentativas de equação entre Natureza – como *mater generationi* – e Deus, onipotente, geraram debates e controvérsias na medida em que a primeira era considerada perfeita e fecundante. Para alguns, isso entrava em choque com a onipotência e onisciência de Deus, para outros, não. Outro elemento que caracterizou o pensamento chartriano, para Le Goff, foi a preocupação e o interesse no homem como ser racional. A esse interesse o autor definiu que o "humanismo chartriano" sintetizou que: "o

3 IDEM. Ibidem. pp. 25-26.
4 IDEM. Ibidem. p. 31.
5 IDEM. Ibidem. p. 74.

homem que é natureza, que pode compreender a natureza segundo a razão, também pode transformá-la por sua atividade".[6] Nesse processo de identificação e percepção do homem como natureza e sua atividade transformadora os intelectuais (para manter a nomenclatura dada pelo autor) vão reivindicar, também, sua atividade de ensinar como um ofício, uma *arte*:

> O intelectual urbano do século XII se sente como um artesão, como um homem de ofício comparado aos outros das cidades. Sua função é o estudo e o ensino das *artes liberais*. Mas o que é uma *arte*? Não é uma ciência, é uma técnica. *Ars* é *techné*. É tanto a especialidade do professor como a do carpinteiro ou do ferreiro. [7]

Ao identificar-se como artesão o intelectual vai reivindicar direitos de atuação e autonomia profissional. Nesse processo de identificação está a chave para o entendimento e/ou discussão sobre a (im)pertinência do uso da noção de intelectual para o período medieval. Esse processo vai se estruturar de forma significativa no século XIII e levará à identificação de um estatuto jurídico-profissional, a *universitas*, um espaço específico de atuação do intelectual, a *universidade*.

Na segunda parte da obra, Le Goff, então, apresenta o que foi definido como "a maturidade e seus problemas". A primeira frase corrobora com a citação anterior: "O século XIII é o século das universidades porque é o século das corporações".[8] Para expor a "institucionalização" dessas corporações universitárias e a constante necessidade de reivindicação por autonomia o autor considera dois polos de conflito: os poderes eclesiásticos e os poderes leigos.

Essa institucionalização conflituosa assim o é por motivos como a definição do próprio ofício e suas responsabilidades: a quem caberia o ensino? O autor responde que ensinar caberia aos clérigos e esses são tratados pelos bispos como súditos. No texto percebemos um processo de hierarquização das responsabilidades sobre o ensino a partir da autoridade que os bispos tinham de delegar a um de seus oficiais o poder de chefiar as escolas, os *scolasticus*. Esse delegado será chamado de chanceler, que, dentre outras funções no século XII, tinha a autoridade para conceder a licença docente. Autoridade esta que é perdida progressivamente no século seguinte com a atribuição da função aos mestres das Universidades, como acontece em Paris em 1213. Essa perda de autoridade do chanceler também constitui a diminuição do poder clerical sobre o ensino.[9] Em relação aos poderes leigos, as *universitas* vão ser de

6 IDEM. Ibidem. p. 83
7 IDEM. Ibidem. p. 88.
8 IDEM. Ibidem. p. 93.
9 IDEM. Ibidem. p. 95

interesse dos reis na medida em que são fornecedoras em potencial de mão de obra, riqueza e prestígio. Há uma tentativa de incorporação dos membros dessas corporações aos quadros oficiais do reino e de enquadramento dos mesmos à autoridade real.[10]

Essas disputas vão ocasionar intervenções diversas de Papas e Reis, proporcionarão eventos violentos, como assassinatos, e movimentações coletivas, como as greves. No entanto, veio de um pontífice o que muitos consideram como o reconhecimento da autonomia universitária no século XIII: a *Parens scientiarum*, de Gregório IX. Datada de 1231 e ocasionada pela interrupção dos cursos na Universidade de Paris desde 1229 essa bula autoriza os mestres nos seguintes termos:

> Nós concedemos o poder de estabelecer sábias constituições ou regulamentos sobre os métodos e horários das aulas, das discussões [...] sobre as cerimônias fúnebres, sobre os bacharelados: quem deve dar as aulas, em qual hora e qual autor escolher; sobre a taxação dos aluguéis e interdição de algumas casas; o poder de castigar aqueles que se rebelarem contra essas constituições ou regulamentos excluindo-os.[11]

Ao autorizar, nesses termos, a organização dos mestres da Universidade o papa lhes conferia, de fato, autonomia? Le Goff responde que as intervenções não foram desinteressadas e que se trata, de fato, tutelar, controlar a Universidade nas jurisdições eclesiásticas. Pois, pelo mesmo documento, os estudantes que cometam crimes deviam ter suas penas cumpridas na prisão do bispo, ficando o chanceler proibido de possuir uma prisão particular. Também era vedada a prisão de estudantes por dívidas e também que o chanceler cobre submissão aos docentes que recebem a licença docente.[12]

A definição dessas corporações foi também elemento de disputas internas. Disputas estas que, segundo Le Goff, contribuem para dificultar o entendimento inicial sobre o que seriam as corporações universitárias:

> Trata-se, em primeiro lugar, de uma corporação eclesiástica. Ainda que seus interesses estejam longe de pertencer todos às ordens; ainda que, cada vez mais, ela vá abrigar em suas fileiras puros leigos, os universitários passam todos por clérigos, estão ligados às jurisdições eclesiásticas, mais ainda: à jurisdição de Roma. Nascidos de um movimento que caminhava para o laicismo, integram-se à Igreja, mesmo quando buscam, institucionalmente, dela sair.[13]

---

10 IDEM. Ibidem. p. 96.

11 Essa exclusão poderia ser a excomunhão. DENIFLE, H; CHATELAIN, E. *Chartularium Universitatis Parisiensis*, t.1, Paris, 1889. pp. 136-139.

12 A análise da *Parens scientiarum* foi tema de conferência "As greves nas universidades medievais" ministrada pelo Dr. Sylvain Piron (EHESS/Paris) em Porto Alegre no II Encontro Estadual de Estudos Medievais do Rio Grande do Sul. O evento foi realizado em setembro de 2012. Texto inédito.

13 LE GOFF. *Os Intelectuais...*op. cit. p. 100.

Institucionalmente, a busca pela saída da Igreja, considerando os termos desse historiador, levou à organização das corporações universitárias. Os estatutos das Universidades são importantes portas de acesso para os usos feitos pelos mestres da autorização explicitada na *Parens scientiarum* e, principalmente, para a organização administrativa e escolar/pedagógica. Isso significa que os conflitos não se encerraram com o posicionamento pontifício. Podem ser listadas algumas outras controvérsias que foram fundamentais para o processo de constituição das Universidades como corporações. Conflitos que duraram cerca de um século se considerarmos os embates ocorridos a partir de 1250.

Jacques Le Goff menciona essas controvérsias ao tratar das críticas dos clérigos seculares em relação à ocupação de espaços nas Universidades por clérigos regulares e membros de ordens mendicantes, principalmente dominicanos e franciscanos. As incompatibilidades denunciadas: a obtenção da licença docente para lecionar teologia fora da faculdade de teologia e a ocupação de mais de uma cátedra na Universidade, quando os estatutos regulamentavam que poderiam ter apenas uma. Mas a principal queixa era a quebra e violação dos estatutos nos casos das greves, pois, os mendicantes não interromperam os cursos quando da paralisação das atividades, principalmente, em 1253. Isso é importante na medida em que, de acordo com o que foi outorgado por Gregório IX em 1231, essa desobediência poderia gerar a excomunhão. Entre 1253 e 1256 os Papas alternaram entre a condenação da atuação dos mendicantes e a condenação da postura dos mestres da faculdade de artes.[14] Outro elemento foi detonador de conflito: qual era a relação desses mestres com o dinheiro? Como sobreviver? Salário, esmola ou benefício? A garantia da gratuidade do ensino – conforme determinação do III Concílio de Latrão (1179) – e a concessão de benefício aos professores criava um vínculo e uma dependência material dos professores à Igreja. Com a expansão do número de professores e da demanda gerada pelo número de alunos o benefício da Igreja não foi mais suficiente e, no século XIII, foram diversificadas as formas de manutenção do ensino: mecenas, bolsas, doações, pagamento dos salários dos professores pelos alunos etc.[15]

A segunda parte do ensaio *Os Intelectuais na Idade Média* é também dedicada à organização pedagógica das/nas universidades, por exemplo: programas de estudos, métodos, exames, vocabulários, equipamentos. Os programas e os exames atendiam as

14 FORTES, Carolina C. "A Querela contra os mendicantes e os estudos na Ordem dos Pregadores (1250-1260)". IN: MATTOS, C. M. F.; CRUXEN, E. B. e TEIXEIRA, I. S. (Orgs). *Reflexões sobre o medievo II: Práticas e Saberes no Ocidente Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 131-142.

15 LE GOFF. *Os Intelectuais...*op. cit. pp. 124-135.

especificidades de cada tipo de curso e licença conseguida, além das formações direcionadas. Sendo assim, o *curriculum* da faculdade de Artes era diferente do *curriculum* da faculdade de Teologia, de Medicina e Direito. Os exames e o tempo de preparação para os mesmos *idem*.

Podem ser destacados, no entanto, dois princípios: o uso da dialética e as Questões. Para tentar aplicar o que Le Goff escreveu sobre esses elementos apresentamos uma sugestão de registro e sistematização para textos da escolástica a partir da *Suma Teológica* (1250-1270) especificamente da Questão 1 da Primeira Parte:

TABELA 1: Leitura e Sistematização do conteúdo da *Suma Teológica*.

PARTE I	**SEÇÃO: A Teologia como ciência**
PRÓLOGO: "Nos propusemos nesta obra expor o que se refere à religião cristã do modo mais apropriado à formação de iniciantes." (p.136.)	
QUESTÃO 1 : A DOUTRINA SAGRADA O QUE É? QUAL SEU ALCANCE?	**ARTIGO 1**: É NECESSÁRIA OUTRA DOUTRINA ALÉM DAS DISCIPLINAS FILOSÓFICAS?
COMEÇO DO ARTIGO: PARECE QUE **NÃO** É NECESSÁRIA OUTRA DOUTRINA	
OBJEÇÃO 1: "o homem não deve esforçar-se para alcançar aquilo que está acima da razão humana ... o que se encontra à altura da razão é ensinado suficientemente nas disciplinas filosóficas." (p.136)	**RÉPLICA 1**: "o que é revelado por Deus, deve-se acolher na fé" (p.139)
OBJEÇÃO 2: "nas disciplinas filosóficas se trata de todos os entes, e mesmo de Deus; eis por que uma parte da filosofia é chamada de *teologia*, ou ciência divina, como mostra o Filósofo, no livro VI da *Metafísica*." (p.138)	**RÉPLICA 2**: "a diversidade de razões no conhecer determina a diversidade das ciências ... A teologia, portanto, que pertence à doutrina sagrada difere em gênero daquela que é considerada parte da filosofia." (p.139)
ARG. S.C.: "uma Escritura inspirada por Deus não faz parte das disciplinas filosóficas, obras da razão humana. Portanto, é útil que além das disciplinas filosóficas, haja outra ciência inspirada por Deus." (p.1378)	
RESPOSTA: "Era necessário existir para a salvação do homem...uma doutrina fundada na revelação divina. Primeiro, porque o homem está ordenado para Deus, como para um fim que ultrapassa a compreensão da razão...a verdade sobre Deus pesquisada pela razão humana chegaria a apenas um pequeno número, depois de muito tempo chegaria em erros...do conhecimento desta verdade depende a salvação do homem, que se encontra em Deus." (p.138)	

Temos acima, então, um texto produzido no contexto universitário do século XIII e herdeiro de uma prática de exposição e argumentação: a dialética. Entre os pensadores do período medieval, é de Pedro Abelardo em sua obra *Sic et Non* (1122) que essa sistematização adquire uso e se expande.

Como explicar, então, uma *Quaestio*? Há a exposição de um tema – **a teologia como ciência** – e uma questão – **se é necessária outra doutrina além das disciplinas filosóficas**. A interrogação é propositiva para a etapa seguinte: a da exposição do argumento inicial e suas objeções. Neste caso, o teólogo inicia negando a necessidade de outra doutrina. Essa primeira afirmação poderíamos chamar de tese. A isso seguem dois argumentos. Na segunda objeção encontramos também um recurso praticado em demasia: a *auctoritas*. No caso, Aristóteles. A autoridade é sinal de reconhecimento da tradição e do conhecimento cumulativo sobre o

tema. Na obra de Tomás de Aquino encontramos diversos recursos a esse instrumento, seja para citar um autor não cristão, como Aristóteles, seja para reverenciar a tradição cristã, citando Agostinho, Gregório Magno e outros. Em seguida, expõe-se o argumento em sentido contrário, o que poderíamos chamar de antítese. Passagem que é seguida pela solução da questão (resposta/síntese) e finalizada pelas réplicas às objeções. Ou seja, temos um argumento defendido a partir da análise de elementos favoráveis e contrários.

É importante ressaltar que apresentamos apenas a forma como Tomás de Aquino desenvolveu o primeiro artigo da Questão. Além desse, outros 9 são elaborados para definir, discutir e caracterizar a Teologia como ciência. Desses todos, acreditamos que é significativo para o entendimento da relação palavra/coisa, disciplinas mais teóricas (*trivium*) e práticas (*quadrivium*) a forma como o teólogo define que a teologia é superior às outras ciências por ser especulativa e prática simultaneamente. Especulativa pois seus princípios são revelados por Deus; prática por visar a "bem-aventurança eterna".[16]

A partir do que foi apresentado até o momento podemos sintetizar o que Jacques Le Goff considera como maturidade e seus problemas nessa segunda parte da obra: temos um grupo de homens pensando sobre uma prática específica e que gera um produto. Daí sua reivindicação como uma corporação e sua autonomia. Para a conquista desses objetivos os intelectuais envolveram-se em problemas externos (com a Igreja e com os Reis) e internos (seculares e regulares). Ao mesmo tempo, elaboraram formas específicas de expressão: a *Quaestio,* a dialética, o recurso às autoridades etc são exemplares nesse sentido. Segundo Le Goff, "o intelectual universitário nasce a partir do momento em que põe em questão o texto, que não é mais do que uma base, e então de passivo se torna ativo. O mestre [...] Dá suas soluções, cria. Sua conclusão [...] é obra de seu pensamento".[17]

A última parte do ensaio, intitulada "Do universitário ao humanista", finaliza a concepção, digamos, "orgânica" que Le Goff atribui a seu ensaio (nascimento, maturidade e declínio). O autor considera que as indefinições e conflitos do período da maturidade levaram

16 I, Q.1, a.5, sol., vol. 1, p.144. Nesta citação outra especificidade: como os textos estão divididos em Questões, artigos, objeções e réplicas, convencionou-se citá-los como nesta situação onde se lê: I – primeira parte (da *Suma Teológica*), Q. 1 (primeira Questão), a.5 (artigo 5), sol. (solução à Questão). Volume e página são secundários na medida em que variam as edições usadas pelos pesquisadores, mas a numeração das Questões a disposição dos artigos não. Pelo que foi explicado é importante o leitor ter em mente essa estrutura, pois, ao citar uma passagem de uma *Questão* é importante situar essa passagem na sequência dos argumentos, afinal, eles podem assumir um "sentido contrário" ao final do mesmo texto. É comum encontrarmos em textos de não especialistas citações nas quais temos acesso apenas à página e volume das edições usadas. Isso inviabiliza a compreensão do argumento na medida em que o leitor não tem acesso ao "lugar" da citação na estrutura do texto. TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2001-2006. 9vols.

17 LE GOFF, J. *Os Intelectuais*...op. cit. p. 120.

a uma, digamos, progressiva elitização dos universitários (o que vai culminar, por exemplo, com a formação de uma aristocracia hereditária nos séculos XIV e XV). Também, em tempos de crise, serão reduzidos os benefícios e a cobrança de taxas e pagamentos pelos alunos variou de acordo com as vicissitudes locais. Outro elemento importante e que merece destaque nas conclusões de Le Goff é a multiplicação das Universidades e sua "nacionalização" – Universidades na Península Ibérica, na Península Itálica, regiões da atual Bélgica, Alemanha etc. Mas, talvez, a explicação mais impactante seja a que sintetiza o primeiro impacto do "fim das universidades medievais": o isolamento do intelectual. Segundo Le Goff, os Renascentistas fecharam-se em si mesmos, o que provocou, de início, uma maior separação entre o intelectual e o não letrado. Isto porque a função de ensinar foi cada vez mais desvinculada do ato de pensar. Para o historiador francês a invenção da imprensa modifica, em parte, esse quadro, pois segue favorecendo um grupo restrito. A Contrarreforma alterou um pouco esse quadro, mas a principal modificação se deu na percepção do intelectual sobre si mesmo ao separar ciência do ensino: "De um lado, o tumulto das escolas, a poeira das salas de aula, a indiferença quanto ao cenário do trabalho coletivo, do outro, tudo é ordem, formosura, é luxo, é calma, e é volúpia pura".[18]

Outras abordagens: a obra de Jacques Verger

Diferentemente de Jacques Le Goff, que publicou seu principal estudo sobre o tema das universidades e intelectuais no final da década de 1950, Jacques Verger produziu de 1973 a 2006 inúmeros textos sobre o tema. Seu primeiro livro foi *As Universidades na Idade Média* (1990) e o mais recente foi *Des nains sur des épaules de géants: Maîtres et éléves au Moyen Âge*, com Pierre Riché. (2006) De sua autoria, em língua portuguesa, também foram publicados: *História das Universidades*, com Christophe Charle, (1996); *Homens e Saber na Idade Média* (1999) e *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII* (2001).[19]

Os trabalhos, em geral, abordam os mesmos conteúdos tratados por Jacques Le Goff. As diferenças, no entanto, concentram-se no fato de Verger considerar a importância do século XII e legar ao século XIII mais à questão das Universidades do que propriamente um "apogeu" ou "maturidade".

O livro *Homens e Saber na Idade Média* foi publicado originalmente em 1997 na França. Isso já nos possibilita apontar o curto intervalo entre a publicação em francês e a tradução

[18] LE GOFF. *Os Intelectuais*...op. cit. pp. 197.
[19] Os títulos que estão em português e as respectivas datas são referentes às traduções brasileiras.

brasileira. Diferentemente dos quase 30 anos em relação à obra de Jacques Le Goff, temos apenas 2 anos. A obra é dividida em três partes e tem como principal objetivo "na descrição, por uma perspectiva comparada, de um fenômeno observável em escala europeia".[20] O autor classifica como "perspectiva comparada" a possibilidade de abordar o tema não só na França – embora admita que esta seja predominante em relação às demais regiões – mas também na Inglaterra, Itália, Alemanha, "reinos ibéricos". Frisamos os "reinos ibéricos" entre aspas, pois é uma aparente contradição: considerando que Portugal e Espanha tornam-se Estados antes que muitos desses outros países, como Itália e Alemanha, o autor não usa – ao menos na tradução brasileira – Portugal e Espanha. Outro elemento reforça essa contradição e alerta também para a modificação do título no Brasil. No original: *Les Gens de Savoir dans l'Europe de la fin du Moyen Âge*. Em tradução literal: *As Gentes de Saber na Europa do final da Idade Média.* Na tradução publicada: *Homens e Saber na Idade Média*. Há uma modificação explícita do principal elemento que caracteriza a obra: os Homens (ou as gentes) DE Saber e não separadamente Homens e Saber. Além disso, há uma generalização no título publicado em português que não só não existe no título original como a introdução do livro explica o sentido de e para "final da Idade Média":

> Por "final da Idade Média" nós compreendemos essencialmente os séculos XIV e XV, considerando que essa época foi precisamente marcada pela emergência, ou, de qualquer modo, pela afirmação do grupo social que nós desejamos estudar, e ao mesmo tempo pelo surgimento de uma documentação que torna possível esse gênero de estudos.[21]

Sobre esta passagem é importante destacar, além da evidente modificação do sentido do título do texto, atribuindo-lhe uma generalização de mil anos, dois termos: "grupo social" e "documentação". Neste sentido, o autor também aponta como principal problema do título (no original): a expressão *gens de savoir*. Algumas constatações, segundo Verger:

1. A expressão não existia na Idade Média. Termos equivalentes: *vir litteratus, clericus, magister, philosophus*. Termos considerados limitados e por isso não usados;
2. Sobre a palavra "intelectuais": "anacronismo outrora voluntária e brilhantemente assumido por Jacques Le Goff… não seria suficientemente apropriada para designar o conjunto de homens" estudados na obra;[22]

20 VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Trad. Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 14.
21 IDEM. Ibidem.
22 IDEM. Ibidem. p. 15.

3. Outros termos, como: diplomados, graduados. Também considerados restritivos por excluir os letrados que não necessariamente tiveram instrução escolar associada a títulos acadêmicos.

A posição de Verger em relação à definição/conceituação para *gens de savoir* corresponde a um duplo atendimento de critérios:

a. Dominar um tipo e em certo nível de conhecimento;
b. Reivindicar competências práticas fundadas no conhecimento adquirido.

Desta forma, considerando os recortes propostos pelo título do livro (séculos finais da Idade Média, leia-se: XIV e XV) e o duplo critério, conclui-se que, para Verger, o "grupo social" que lhe interessa só adquiriu uma forma e consistência (identidade?) de grupo após um longo percurso de controvérsias e querelas nos séculos precedentes. A partir dessas definições e exposições de limitações para termos contemporâneos aos sujeitos históricos estudados, Verger defende que a expressão *gens de savoir* é a mais "neutra" e menos "problemática".

Nas três partes da obra são apresentadas e "descritas" – como é objetivo do autor – as características que dão forma aos dois critérios: dominar saberes específicos e a reivindicação das competências oriundas desse domínio. Interessa, portanto, a última parte do livro, pois é nos capítulos finais que Verger expõe como se deu esse processo no final da Idade Média. O título é sugestivo: "Realidades sociais e imagem de si". E, no capítulo que abre a parte, o autor revela o outro tópico que destacamos na longínqua citação: "documentação". Em outras palavras: nesta terceira parte Verger está interessado em analisar como esses *homens DE saber* produziram registros que permitam que hoje possamos estudá-los como tais, e principalmente, como tinham consciência de suas características específicas.

A documentação mais propícia para a identificação desse grupo, segundo o texto, é a que permite estabelecer elos de parentescos: contratos, inventários e testamentos (fontes notariais); cartas, súplicas pontificais e arquivos judiciários. Para Verger, essa diversidade favorece a constituição dos "dicionários prosopográficos", mas é limitada. A principal questão que pode surgir dessas séries opacas construídas é a consideração das estruturas familiares e suas ramificações. Essas estruturas e ramificações, no entanto, isoladamente não explicam suficientemente a tomada de consciência e/ou a constituição de um grupo se não colocadas em perspectivas cruzadas e em redes.[23]

[23] IDEM. Ibidem. pp. 223-228.

O autor aponta, a partir dessa postura e forma de ler a documentação, dois possíveis caminhos para a constituição de um grupo de elite no final da Idade Média: a origem no "mercado" e o recrutamento no interior da "nobreza". As duas situações são fluidas e de difícil percepção, mas Verger considera que, no primeiro caso, trata-se do filho do mercador que teve seus estudos financiados pelo próprio pai. O objetivo é conseguir "um nível de fortuna mais elevado, pelo menos uma situação mais estável e honrada, eventualmente ela mesma uma etapa em direção à nobilitação".[24] A segunda situação compreende uma complexa "progressiva e global adaptação das elites sociais às mudanças da cultura do Estado pela conjunção da antiga ideia de nobreza e da valorização das novas formas, civis ou eruditas de serviço do príncipe ou da Igreja".[25] Homens de saber recrutados nas elites – econômicas e aristocráticas – mas que permitiam, em certa medida, mais mobilidade e possibilidade de ascensão se comparadas às questões feudais e de atribuição de funções, como a cavalaria e a guerra por exemplo.[26]

O autor propõe uma lista de 4 elementos que caracterizam os homens de saber:

1. Aspecto urbano;
2. Profissionalização;
3. Politização;
4. Cultura e relação dos homens de saber com esse saber.

Acreditamos que Verger expôs seu entendimento sobre a questão ao afirmar que:

> Se, de fato, o mundo dos homens de saber, que era, no final das contas, bastante diferente de um país para outro, foi, até o final da Idade Média, um dos meios mais flexíveis e mais abertos na sociedade medieval, ele, entretanto, teve tendência, como todos os grupos constitutivos das elites de seu tempo, a se fechar sobre si próprio e a tornar-se uma casta hereditária. […] Ao tempo dos colegas, sucedeu-se aquele dos herdeiros, o espírito de família vinha driblar o espírito de corporação.[27]

O processo indicado na citação acima, de transformação de uma corporação em uma casta hereditária passa, portanto, pela tomada de consciência sobre as especificidades desse

24 IDEM. Ibidem. p. 237.
25 IDEM. Ibidem. p. 241.
26 Jacques Verger propõe o levantamento de documentação que possibilite a construção de séries documentais e trata da transformação das corporações de ofício em castas hereditárias a partir da prosopografia. Sobre essa questão indicamos alguns textos: ALMEIDA, C. C. de . "Poder e sociedade: as relações entre a universidade e o Conselho da cidade de Colônia em fins da Idade Média e começo da Idade Moderna". *Notandum* (USP), v. 18, p. 07-24, 2008. BULST, N.; GENET, J-P. (dirs). *Medieval lives and the historian: Studies in Medieval Prosopography*. Kalamazoo: Western Michigan University, 1986.
27 VERGER, J. *Homens e saber*…op. cit. p. 237.

grupo. Para o autor, essa conscientização não faz com que os homens de saber se separem de outros grupos de elite que compõem, ou seja: do clero e da nobreza.[28]

Na obra *Cultura, Ensino e Sociedade*... o autor confirma a expressão usada na obra anterior. O texto restringe-se à chamada cultura escolar ou como uma história da escola e do ensino, considerando políticas de organização da escola enquanto instituição e dos métodos e programas de ensino. Sendo assim, Verger discorre sobre temas como a importância de Abelardo, os programas nas diferentes universidades e os métodos, como a escolástica, a dialética e a *quaestio*. Nesta obra destacamos a parte final, na qual o autor aborda os conflitos institucionais e, principalmente, a breve reflexão sobre "a consciência de si" dos homens de saber ao final do século XIII. É importante ressaltar que a tomada de consciência perpassa e é perpassada pelos conflitos.[29]

Em relação aos conflitos, Verger afirma que eles giraram em torno das referências bíblicas, a gramática latina e Aristóteles. Mas o conflito não é necessariamente algo nocivo à Universidade na Idade Média. Afinal, como afirma o autor, o debate e o antagonismo estavam no cotidiano dos exercícios: a dialética, a *quaestio* e a *disputatio*. A reivindicação por autonomia – inicialmente como corporação – também implicava na autonomia e autoridade daqueles que "disputavam" em estabelecer os conteúdos e desenvolver suas teses. Para Verger, Tomás de Aquino e sua trajetória são elementos significativos desse processo, tanto de constituição de um grupo, quanto da tomada de consciência desse grupo sobre si mesmo: desde sua posição em relação à querela dos anos 1250, passando pelo posicionamento contra os averroístas, na década de 1270 e, mesmo após sua morte, no evento das condenações de 1277.[30]

"Consciência de si" e a Antropologia Escolástica para entender os "intelectuais" na Idade Média

A preocupação com a "consciência de si" não é um tema que se deve exclusivamente a Jacques Verger. Jacques Le Goff, anos antes, também se interessou pela questão ao se perguntar "Qual consciência de si teve a universidade medieval?". Sua reflexão e proposta de resposta são diferentes das oferecidas por Jacques Verger. Para Le Goff, um caminho possível é **analisar obras e personagens em espaço localizado**. O autor analisou obras e

28 IDEM. Ibidem. p. 258.
29 IDEM. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente: nos séc. XII e XIII.* Bauru, SP: EDUSC, 2001. pp. 277-316.
30 IDEM. Ibidem. pp. 277-295.

personagens/mestres da universidade de Paris, os conflitos doutrinários e corporativos. A conclusão de Le Goff não é diferente da proposta contida em seu ensaio *Os intelectuais...*: a **visão orgânica de nascimento, maturidade e declínio permanece**.[31]

Mesmo não concordando com a proposição que Jacques Le Goff aponta para a abordagem da temática, é importante considerar suas contribuições em relação ao desenvolvimento de um conjunto de estudos que culminou com a criação de dois grupos de pesquisa: o *Group d'Anthropologie Historique de l'Occident Médiéval* (1978) e, a partir dos estudos de um de seus orientandos – Alain Boureau – o *Group d'Anthropologie Scolastique* (1993). Interessa-nos apresentar algumas características de novas possibilidades de abordagem dos homens de saber e/ou intelectuais da Idade Média. Abordagem esta que foi definida por Sylvain Piron nos seguintes termos: considerar a produção dos sábios como acesso principal para entender acontecimentos e "os termos nos quais os indivíduos podiam compreender a si mesmos".[32] Dessa breve citação podemos definir, então, a antropologia escolástica como uma perspectiva de análise que considera as reflexões sobre "o homem" a partir de um local específico, ou seja, o âmbito universitário europeu, entre 1150-1350.

A obra *Satan Hérétique*, de Alain Boureau, pode ser útil para tentar entender os usos de uma história intelectual para o entendimento do que os intelectuais podiam pensar sobre si mesmos, e, também, sobre o homem, de forma mais ampla. A história intelectual, no livro *Satan Hérétique*, é um princípio de investigação que assume duas trilhas: uma que percorre a formação intelectual dos autores estudados (teólogos e mestres das universidades medievais) e outra, que analisa possíveis facetas para a definição de um mesmo fenômeno (as possessões demoníacas, magia, milagres). Nos sete capítulos da obra percebemos esses dois caminhos quando identificamos, por exemplo, o interesse de Alain Boureau nas investigações "jurídicas" sobre os demônios (inquisição – suspeitas de pactos e bruxarias – e canonização – milagres de cura de possessões demoníacas), tema dos capítulos um e cinco. Além disso, a análise, em todos os capítulos, dos diferentes usos e significados para os pactos demoníacos e das crenças nas possessões. É importante ressaltar como Alain Boureau identifica a problemática escolástica da demonologia não apenas como um conjunto de reflexões de teólogos sobre o

31 LE GOFF. *Pour une autre Moyen Âge: Tems, travail et culture en Occident (18 essais)*. Paris: Gallimard, 1977. Pp. 181-197.

32 PIRON, S. "Démonologie et anthropologie scolastique". *Cahiers du Centre de recherches historique*, n.37, avr/2006, pp. 173-179. Acesso em 01 de abril de 2014. Disponível em : http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/44/99/57/PDF/Demonologie_et_anthropologie.pdf.

tema. O autor analisa, também, as consultas realizadas por Papas, como que João XXII faz em 1320 sobre a magia e o tratamento jurídico nos processos de canonização. [33]

Essa forma de abordar um objeto – a crença na possibilidade de atuação/pacto entre homens e demônios – a partir da produção intelectual pode ser observada também em outros trabalhos desse autor. Em um artigo no qual se propõe a analisar a monumental obra de Alexander Murray sobre o suicídio[34] e o estimulante estudo de Peter Biller sobre o controle da natalidade na Idade Média[35,] Boureau oferece elementos mais precisos sobre como a história intelectual pode contribuir significativamente para o estudo das populações na Idade Média. E sobre a produção, nas palavras de Piron, das categorias que os sujeitos tinham para compreender a si mesmos. Trata-se do texto "Uma história intelectual das populações medievais", publicado nos *Annales* em 2006.[36] O historiador francês faz uma leitura sobre a metodologia de trabalho de Murray e Biller e identifica dois caminhos profícuos: ao analisar o difícil objeto "suicídio", Murray elaborou um método de análise que mescla o uso de crônicas, documentação jurídica e hagiográfica. Para Boureau, os interditos em relação ao suicídio mascaram os casos e o número de quantas pessoas tiraram a própria vida será sempre impreciso. A contribuição do historiador britânico, então, foi mostrar como questões, como o suicídio, sobre as quais são impostos interditos e, por isso, não se exprimem diretamente, aparecem em textos que tem, dentre outras funções, "registrar o que aconteceu" – seja no âmbito cronístico, jurídico ou escatológico.[37]

O segundo caminho, a partir da obra de Biller, parte do seguinte princípio: o interesse clerical em regulamentar o celibato para os padres e o casamento para os fiéis produziu uma quantidade de reflexões e reflexos variados sobre temas como procriação e contracepção.[38] Biller centra sua análise nos textos teológicos e considera, segundo Alain Boureau, que

---

33 BOUREAU, A. *Satan Hérétique: Histoire de la Démonologie (1280-1330)*. Paris: Odile Jacob, 2004. p. 128. Obra que tivemos a oportunidade de traduzir para o português. Publicação pela editora da UNICAMP prevista para 2014.

34 MURRAY, A. *Suicide in the Middle Ages*. 2vols. Oxford: Oxford University Press, 1998-2000. Há a indicação de um terceiro volume, ainda inédito.

35 BILLER, P. *The measurement of multitude: Populations in Medieval thought*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

36 IDEM. "Une histoire intellectuelle des populations médiévales". *Annales HSS*, janeiro-fevereiro, 2006, n.1 pp. 233-244.

37 IDEM. Ibidem. p. 242.

38 Por reflexões entendemos o conjunto de tratados jurídicos e teológicos abundantes, principalmente, a partir do século XIII. Por reflexos entendemos o conjunto de textos para "exames de consciência", que ganharam força a partir da obrigatoriedade da confissão auricular a partir do século XIII. Muitos manuais "ensinando" o exame de consciência e avaliação sobre o mesmo também oferecem inúmeras situações passíveis de abordagem daqueles temas. É importante deixar evidente que não pensamos em graus de importância aqui, como se as reflexões fossem superiores aos reflexos. Trata-se de um uso/ocorrência simultânea entre aqueles séculos sem necessariamente hierarquias.

> …ces faits de population, en tant qu'ils traduisent une tendance jugée bonne ou nécessaire, s'accompagnent nécessairement de justifications, de théories spontanées, dont certains textes savants fournissent un analogue, cause et/ou conséquence de la tendance considerée.[39]

Essa afirmação é reveladora de uma abordagem epistemológica precisa: os textos estão relacionados aos seus contextos e podem ser usados para definir, justificar uma tendência ou surgir por causa de uma tendência. Nesse aspecto, então: a preocupação com o celibato/casamento tornou-se uma tendência. Portanto, as reflexões eruditas sobre esses elementos podem ser consideradas como indícios ou "sinais" importantes para entender o processo histórico daquela preocupação. Nestes indícios que Biller encontrou a oportunidade para analisar perspectivas sobre controle de natalidade na Idade Média.

A essas reflexões inserimos um estudo de Emanuele Coccia e Sylvain Piron sobre "uma geração de intelectuais italianos" entre o final do século XIII e o início do século XIV. Os autores deixam claro que excluíram das análises a "Itália religiosa" e o "componente feminino". O foco é na atuação de personagens definidos como "intelectuais leigos".

A pergunta inicial do texto é: "Como podemos descrever Dante nos últimos anos de vida (1320-1321)?".[40] Esse questionamento é revelador de vários aspectos e, talvez, o principal – que marca uma diferença significativa em relação aos "intelectuais" dos nossos tempos: os eruditos, homens de saber, intelectuais não estavam restritos a um único espaço de atuação.

Dante tem tratados de retórica, política e, inclusive, alquimia. Dessa constatação os autores concluem que a melhor forma para analisar personagens como Dante não é escolher uma faceta, e sim, saber como articular todas elas e como elas se articulavam em seu tempo. A proposta de Coccia e Piron, portanto, é estudar na sincronia diferentes manifestações, como "a prática poética dos eruditos, as comunicações entre as disciplinas universitárias e o engajamento na vida política, que, em geral, acontece junto às atividades cultas e literárias".[41]

Os autores identificam uma série de pensadores que atuaram de forma diversificada em centros urbanos italianos entre 1290-1330. Consideraram a proeminência de Bolonha nesse período. Identificaram que, a partir do século XIII, nessa cidade, há linhagens de

39 IDEM. Ibidem. p. 238.
40 COCCIA, E. e PIRON, S. "Poesia, ciência e política: uma geração de intelectuais italianos (1290-1330)". In: PEREIRA, N. M. ; ALMEIDA, C. C.; e TEIXEIRA, I. S.(Orgs). *Reflexões sobre o medievo.* São Leopoldo: Oikos, 2009. p.60.
41 IDEM. Ibidem. p. 63.

médicos e juristas que transmitiam para os filhos a clientela.[42] Também identificaram uma predominância de leigos em relação a clérigos. O que faz da situação italiana bastante diferente em relação a Paris, por exemplo. Mas o mais importante, nessa reflexão é: para Coccia e Piron o modelo de "rede" é o mais adequado para pensar esse fenômeno, pois "significa que ele [o fenômeno] é caracterizado pela prática do diálogo e pela circulação dos homens entre diferentes vilas e de diversas maneiras".[43]

Esse texto difere da abordagem de Peter Biller na medida em que a identificação do objeto não aconteceu necessariamente na produção erudita, em tratados de teologia, por exemplo. Coccia e Piron identificam na documentação epistolar as redes e as reflexões sobre inúmeros temas e, principalmente, sobre a criação de categorias que pudessem mostrar como aqueles indivíduos se percebiam e percebiam seu tempo. Percebemos, então, que para esses autores a identificação de um grupo de pensadores que viveu no mesmo período é um ponto significativo para a abordagem dos intelectuais na Idade Média.

Considerações finais:

No decorrer dessas páginas propusemos um olhar sobre uma temática e uma problemática que se confundem: como abordar as obras produzidas por pensadores no período medieval? Como definir/conceituar esses pensadores: professores, mestres, doutores, homens de saber, intelectuais? Para responder a essas perguntas analisamos duas teses divergentes e um conjunto de publicações que dão a dimensão atual da questão, em uma perspectiva.

Expliquemos.

A trajetória iniciou com a obra de Jacques Le Goff, *Os Intelectuais na Idade Média*, publicada em francês em 1957. Para este historiador, recentemente falecido, a condição principal para entender os *intelectuais*: um grupo de homens – majoritariamente clérigos – que refletia sobre sua atuação profissional e que reivindicava que o resultado de seu trabalho fosse entendido como um produto. Por isso a questão da relação com o termo *universitas*, por exemplo, acabou virando, tempos depois, sinônimo de Universidade. Destaca-se a relação desses intelectuais com a Igreja e, portanto, com um "engajamento". Também podemos

42 IDEM. Ibidem. p. 70. Recentemente foi publicado em português um interessante estudo de Patrick Gilli. GILLI, P. "Dignidade e nobreza dos juristas : lugar e formação da ciência legal na Idade Média, especialmente na Itália (séculos XII a XV)". In: ALMEIDA, N. de B. e CANDIDO DA SILVA, M. (Orgs). *Poder e construção social na Idade Média: História e Historiografia*. Goiânia: UFG, 2011. pp. 63-91.

43 COCCIA, E. e PIRON, S. "Poesia, ciência e política…op. cit. p. 72.

afirmar que a concepção de Le Goff é analisar obras e personagens em um espaço localizado. Uma crítica: o autor realiza sua abordagem a partir de uma perspectiva que podemos chamar de "organicista": nascimento, maturidade, declínio dos intelectuais.

Diferentemente, Jacques Verger – em produção datada do final dos anos 1980, e durante toda a década de 1990 – define a perspectiva de Jacques Le Goff como "anacrônica" na medida em que a concepção de intelectual usada por esse autor não existia na Idade Média. Para oferecer algo mais apropriado, Verger sintetiza quatro características: o aspecto urbano, politizado e profissionalizado dos *homens de saber*. Além disso, a importância do entendimento da relação da cultura produzida por esses homens e a vida desses homens. Essa perspectiva, por exemplo, dá mais importância aos conflitos institucionais (internos e externos) vivenciados no século XIII. É importante ressaltar que, embora distintos, os posicionamentos de Jacques Le Goff e Jacques Verger reconhecem que a produção e a expressão desse saber por meio de instrumentos específicos – tratados, sumas, *Questões*, uso da dialética, da retórica etc –, de fato, produziu uma categoria profissional específica.

Ao final do texto apresentamos características gerais da chamada Antropologia Escolástica e a forma como autores como Alain Boureau e Sylvain Piron servem-se de propósitos da chamada história intelectual para analisar fenômenos, como a demonologia, por exemplo. Além disso, apresentamos brevemente a leitura que Boureau fez das obras de Alexander Murray e Peter Biller, sobre o suicídio e o controle de natalidade na Idade Média, respectivamente. A Antropologia Escolástica podemos caracterizar como um domínio que nasceu da Antropologia Histórica e que visa entender os homens e as categorias que esses homens criaram para entender o mundo em que viviam a partir da produção erudita, universitária, teológica, filosófica e jurídica, principalmente.

Neste aspecto, apontam-se duas perspectivas:

1) A análise de um tema específico em autores contemporâneos para entender como um determinado fenômeno foi pensado e/ou refletiu nas teses e sentenças elaboradas pelos eruditos de diferentes domínios (juristas, cronistas, teólogos etc);
2) A análise de uma geração, ou, da atuação diversificada de pessoas em um determinado período para compreender como eram articulados saberes médicos, teológicos, filosóficos, juristas e literários na criação de categorias e doutrinas que explicavam e/ou justificavam relações de poder, de dominação e de resistência. Neste aspecto, vale ressaltar o caminho diferenciado que propuseram Coccia e Piron ao tratar especificamente dos "intelectuais leigos".

Não são caminhos opostos ou excludentes. E ambos são igualmente estimulantes, importantes e que, de fato, tendem a ampliar a compreensão que podemos ter sobre o mundo medieval em suas diferentes facetas. Sobre o uso do termo "intelectual", ao que indicam as palavras usadas por Alain Boureau e Sylvain Piron, esse não é mais um problema.

